

**Agência de Promoção de
Exportações do Brasil -
Apex-Brasil**

**Demonstrações contábeis intermediárias em 30/09/2023
e Relatório de revisão dos Auditores independentes**

Novembro de 2023

CONTEÚDO

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2023.....	3
--	----------

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023

BALANÇO PATRIMONIAL.....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO.....	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS.....	10



RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2023

À Diretoria Executiva e aos Conselhos Deliberativo e Fiscal da
Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil
Brasília – DF

Introdução

Revisamos as Demonstrações contábeis intermediárias da Agência de Promoção de Exportações do Brasil – Apex-Brasil (“Apex-Brasil” ou “Entidade”), que compreendem o Balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023, e as respectivas demonstrações das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das informações orçamentárias do período de nove meses findo nessa data, bem como a demonstração do resultado dos períodos de três e nove meses também findos nessa mesma data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Apex-Brasil é responsável pela elaboração das Demonstrações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária e de forma condizente com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCs TSP). Nossa responsabilidade é a de expressar uma Conclusão sobre essas Demonstrações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias contidas na NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e na ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente. Uma revisão de informações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permite obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma Opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as Demonstrações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) – Demonstração Intermediária, assim como pela elaboração dessas informações de forma condizente com as normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCs TSP).

Ênfase

Chamamos atenção ao assunto descrito na nota explicativa nº 2.1) às Demonstrações contábeis, onde é descrita a mudança de política contábil que aprimorou o reconhecimento das transações envolvendo recursos de convênios e apresenta os valores correspondentes do balanço patrimonial dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, bem como as informações contábeis intermediárias relativas às demonstrações do resultado referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2022, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2022, divulgados para fins de comparação. Tais demonstrações estão sendo reapresentadas retrospectivamente como requerido na NBC TG 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e na NBC TG 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outro assunto

O Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022, apresentado para fins de comparabilidade, foi examinado por nós, sobre o qual emitimos Opinião sem ressalva em 28 de fevereiro de 2023 e conteve parágrafo de Ênfase mencionando a relevância dos gastos da participação da Apex-Brasil na Expo Dubai que impactaram o resultado do exercício. Adicionalmente, as Demonstrações intermediárias dos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2022, também apresentadas para fins de comparabilidade, foram revisadas por nós, sobre as quais emitimos Conclusão sem ressalva em 16 de novembro de 2022 e cujo relatório conteve parágrafo de Ênfase sobre a relevância da Expo Dubai mencionada anteriormente.

Belo Horizonte, 14 de novembro de 2023.

TEIXEIRA & ASSOCIADOS
Auditores Independentes
CRC MG 5.194 CNAI PJ 020



Adriano Rezende Thomé

Sócio e Diretor
Contador CRC MG-77.874-O/6



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

BALANÇO PATRIMONIAL EM

Em milhares de reais

	Nota	30/09/2023	31/12/2022 Reapresentado	01/01/2022 Reapresentado		Nota	30/09/2023	31/12/2022 Reapresentado	01/01/2022 Reapresentado
ATIVO					PASSIVO				
ATIVO CIRCULANTE					PASSIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.920	44.435	10.917	Obrigações trabalhistas e sociais	11	21.538	19.902	14.118
Aplicação financeira	5	534.426	388.612	556.814	Contas a pagar e fornecedores	12	12.242	18.207	20.795
Créditos a receber	6	59.712	92.585	81.634	Obrigações tributárias		1.471	2.555	9.804
Adiantamentos concedidos	7	5.416	3.584	4.001	Arrendamentos a pagar	13	5.592	4.098	8.238
Outros ativos circulantes		3.762	7.611	4.330			40.843	44.762	52.955
		614.236	536.827	657.696					
ATIVO NÃO CIRCULANTE					PASSIVO NÃO CIRCULANTE				
Aplicação financeira	5	296.869	233.025	161.654	Obrigações a pagar de longo prazo		474	403	983
Depósitos judiciais e garantias	8	35.512	24.172	7.963	Arrendamentos a pagar	13	21.788	1.163	7.570
Direitos em uso de arrendamento	9	26.354	6.148	12.952	Provisão para riscos tributários e trabalhistas	14	235.717	198.529	156.222
Imobilizado	10	2.626	3.544	1.977			257.979	200.095	164.775
Intangível	10	275	560	873					
		361.636	267.449	185.419	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15			
		975.872	804.276	843.115	Superávit acumulado		559.419	625.385	530.497
					Superávit do período		117.631	(65.966)	94.888
							677.050	559.419	625.385
							975.872	804.276	843.115

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias.

**JORGE NEY VIANA
MACEDO NEVES**
Presidente

**ANTONIO FLORIANO
PEREIRA PESARO**
Diretor de Gestão Corporativa

**ANA PAULA LINDGREN
ALVES REPEZZA**
Diretora de Negócios

GILSON CELLA
Gerente de Orçamento,
Finanças e Contabilidade

RENATO BRAÚNA
CONTADOR
CRC DF-024623/O-2



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS PERÍODOS FINDOS EM

Em milhares de reais

	Nota	30/09/2023	30/09/2022 Reapresentado	3º trimestre de 2023	3º trimestre de 2022 Reapresentado
Receita com contribuição social líquida sem contraprestação	16	512.535	449.128	171.033	153.861
Receitas de serviços com contraprestação e outras receitas	17	10.241	10.980	1.616	1.870
Total das receitas operacionais		522.776	460.108	172.649	155.731
Custos e despesas operacionais					
Despesas com convênios	18	(151.012)	(151.608)	(41.535)	(56.035)
Despesas com projetos finalísticos	18	(69.590)	(121.141)	(27.074)	(26.519)
Despesas com viagens	19	(20.642)	(34.578)	(8.782)	(12.678)
Despesas com comunicação, marketing e propaganda	20	(23.753)	(44.405)	(2.792)	(23.334)
Despesas com pessoal, encargos e benefícios	21	(112.611)	(107.631)	(38.149)	(36.773)
Despesas gerais e administrativas	22	(32.603)	(26.941)	(12.488)	(11.315)
Despesas com provisão judicial e administrativa		(25.527)	(29.254)	(8.032)	(6.799)
Despesas tributárias	23	(16.341)	(31.065)	(5.830)	(6.033)
Despesa com depreciação e amortização		(6.950)	(5.931)	(2.334)	(2.027)
Outras receitas (despesas) operacionais		799	2.400	161	542
		(458.230)	(550.154)	(146.855)	(180.971)
Superávit / (Déficit) antes do resultado financeiro		64.546	(90.046)	25.794	(25.240)
Resultado financeiro líquido	24				
Receitas financeiras		62.612	61.735	25.808	21.567
Despesas financeiras		(9.527)	(4.498)	(3.106)	(1.262)
		53.085	57.237	22.702	20.305
SUPERÁVIT / (DÉFICIT) DO PERÍODO		117.631	(32.809)	48.496	(4.935)

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias.

**JORGE NEY VIANA
MACEDO NEVES**
Presidente

**ANTONIO FLORIANO
PEREIRA PESARO**
Diretor de Gestão Corporativa

**ANA PAULA LINDGREN
ALVES REPEZZA**
Diretora de Negócios

GILSON CELLA
Gerente de Orçamento, Finanças e
Contabilidade

RENATO BRAÚNA
CONTADOR
CRC DF-024623/O-2



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS PERÍODOS FINDOS EM

Em milhares de reais

	Superávit acumulado	Superávit (déficit) do período	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022, reapresentados	530.497	94.888	625.385
Incorporação do superávit do exercício anterior	94.888	(94.888)	-
Déficit do período	-	(32.809)	(32.809)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO 2022, reapresentados	625.385	(32.809)	592.576
Déficit do período de outubro a dezembro de 2022	-	(33.157)	(33.157)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, reapresentados	625.385	(65.966)	559.419
Incorporação do superávit do exercício anterior	(65.966)	65.966	-
Superávit do período	-	117.631	117.631
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023	559.419	117.631	677.050

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias

**JORGE NEY VIANA
MACEDO NEVES**
Presidente

**ANTONIO FLORIANO
PEREIRA PESARO**
Diretor de Gestão Corporativa

**ANA PAULA LINDGREN
ALVES REPEZZA**
Diretora de Negócios

GILSON CELLA
Gerente de Orçamento, Finanças e
Contabilidade

RENATO BRAÚNA
CONTADOR
CRC DF-024623/O-2



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM

Em milhares de reais

	30/09/2023	30/09/2022 Reapresentado
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do período	117.631	(32.809)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:		
. Depreciação e amortização	6.955	6.468
. Baixa de ativo imobilizado e intangível	6	228
. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	37.188	29.412
. Juros de arrendamentos a pagar	948	1.145
. Variação cambial líquida	(34)	(39)
	45.063	37.214
Geração Operacional	162.694	4.405
Redução (aumento) nos ativos		
Créditos a receber	32.873	28.214
Adiantamentos concedidos	(1.832)	(4.809)
Direitos de créditos	3.849	(2.616)
Depósitos judiciais e garantias	(11.340)	(12.640)
	23.550	8.149
Aumento (redução) nos passivos		
Obrigações trabalhistas e sociais	1.636	6.293
Contas a pagar e fornecedores	(5.965)	34
Obrigações tributárias e previdenciárias	(1.084)	(8.086)
Outros passivos não circulantes	71	(653)
	(5.342)	(2.412)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	180.902	10.142
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Destinação/Resgate de Aplicações Financeiras	(141.412)	102.335
Resultado do rendimento das aplicações financeiras	(68.246)	(58.502)
Aquisições de bens do imobilizado	(100)	(3.601)
Caixa líquido gerado / (aplicado) nas atividades de investimento	(209.758)	40.232
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Pagamento de arrendamentos	(4.659)	(10.444)
Modificações nos contratos de arrendamentos (ativo e passivo)	-	(227)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(4.659)	(10.671)
AUMENTO / (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(33.515)	39.703
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	44.435	10.917
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	10.920	50.620
AUMENTO / (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(33.515)	39.703

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias.

JORGE NEY VIANA
MACEDO NEVES
Presidente

ANTONIO FLORIANO
PEREIRA PESARO
Diretor de Gestão Corporativa

ANA PAULA LINDGREN
ALVES REPEZZA
Diretora de Negócios

GILSON CELLA
Gerente de Orçamento, Finanças e
Contabilidade

RENATO BRAÚNA
CONTADOR
CRC DF-024623/O-2



AGÊNCIA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES DO BRASIL – APEX-BRASIL DEMONSTRAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - Em milhares de reais

	Período anterior 30/09/2022 (a)	Previsão Inicial 2023 (b)	Previsão Atualizada 2023 (c)	Executado até 30/09/2023 (e)	% Execução (acumulado) (e/c)	% Variação entre períodos ((e/a)-1)
RECEITA CORRENTE	512.037	760.007	760.007	579.817	76,3	13,24
Receita Contribuição Social Ordinária (CSO)	449.128	682.011	682.011	512.535	75,2	14,12
Receita Patrimonial	48.931	62.910	62.910	56.434	89,7	15,33
Receita de Serviços	10.970	15.086	15.086	9.575	63,5	-12,72
Receita de Patrocínio	502	0	0	3	0,0	***,*
Outras Receitas	2.506	0	0	1.270	***,*	-49,33
RECEITA CAPITAL	705.975	665.654	658.959	658.959	100,0	-6,66
TOTAL RECEITAS	1.218.012	1.425.661	1.418.966	1.238.776	87,3	1,70

	Período anterior 30/09/2022 (a)	Previsão Inicial 2023 (b)	Previsão Atualizada 2023 (c)	Executado até 30/09/2023 (e)	% Execução (acumulado) (e/c)	% Variação entre períodos ((e/a)-1)
DESPESA CORRENTE	533.534	964.052	965.161	432.524	44,81	-18,93
Outras Despesas Correntes	425.906	767.771	768.736	319.912	41,62	-24,89
Projetos Finalísticos	121.265	252.624	260.481	68.869	26,44	-43,21
Comunicação e Marketing	40.509	58.822	56.356	21.905	38,87	-45,92
Patrocínios	3.894	8.000	8.000	1.848	23,10	-52,55
Convênios	153.789	223.622	223.807	151.044	67,49	-1,78
Locação Bens Moveis e Imóveis	10.263	17.752	19.698	11.982	60,83	16,75
Serviços Técnicos Especializados	18.790	77.208	71.550	22.262	31,11	18,48
Despesas Gerais e Administrativas	6.119	9.444	9.038	4.056	44,88	-33,72
Despesas Com Viagens	37.412	49.539	51.929	20.318	39,13	-45,69
Capacitação	1.004	2.018	2.470	1.026	41,56	2,24
Despesas Tributárias	31.177	68.515	49.400	16.366	33,13	-47,51
Despesas Financeiras	279	225	223	218	98,13	-21,60
Outras Despesas	1.404	0	15.779	10	0,06	-99,29
Variação Cambial - Operação NY	1	0	6	7	104,97	***,*
Pessoal, Encargos e Benefícios sociais	107.628	196.281	196.424	112.612	57,33	4,63
Remuneração	68.339	115.910	115.762	70.347	60,77	2,94
Encargos Trabalhistas	19.441	36.119	35.659	20.886	58,57	7,43
Benefícios	19.848	44.251	45.003	21.379	47,51	7,71
RESERVA	0	461.610	453.805	0	0,00	***,*
TOTAL DESPESAS	533.534	1.425.661	1.418.966	432.524	30,48	-18,93

As Notas Explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações contábeis intermediárias.

**JORGE NEY VIANA
MACEDO NEVES**
Presidente

**ANTONIO FLORIANO
PEREIRA PESARO**
Diretor de Gestão Corporativa

**ANA PAULA LINDGREN
ALVES REPEZZA**
Diretora de Negócios

GILSON CELLA
Gerente de Orçamento,
Finanças e Contabilidade

RENATO BRAÚNA
CONTADOR
CRC DF-024623/O-2



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2023

Em milhares de Reais

1 Contexto operacional

1.1 Constituição

A Agência de Promoção de Exportações do Brasil, designada também como Apex-Brasil (“Agência” ou “Entidade”), foi constituída na forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, sob a forma de Serviço Social Autônomo.

A constituição da Entidade decorreu da edição da Medida Provisória nº 106, de 22 de janeiro de 2003, que foi convertida na Lei nº 10.668, de 14 de maio de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 4.584/2003. Referido Decreto foi alterado posteriormente pelo Decreto nº 11.571, de 19 de junho de 2023, passando a responsabilidade de supervisão da Agência ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços – MDIC.

Em razão de a Apex-Brasil ser uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, os seus atos constitutivos e posteriores foram registrados no Cartório Civil de Pessoas Jurídicas.

1.2 Objetivo social

O objetivo da Apex-Brasil é, em cooperação com o Poder Público, executar as políticas de promoção das exportações brasileiras e dos investimentos, assim como a internacionalização de empresas públicas e privadas brasileiras, por meio da pesquisa, da formação e capacitação, do desenvolvimento institucional, dentre outras ações, observadas as políticas nacionais de desenvolvimento, mormente no que tange aos setores da indústria, comércio, serviços, tecnologia e agricultura, com atenção especial às ações estratégicas que promovam a inserção competitiva das empresas brasileiras nas cadeias globais de valor, a atração de investimentos e a geração de empregos, e apoio às empresas de pequeno porte.

A Apex-Brasil atua de diversas formas para promover a competitividade das empresas brasileiras em seus processos de internacionalização, oferecendo inteligência de mercado, qualificação empresarial, estratégia para internacionalização, promoção de negócios e imagem e atração de investimentos estrangeiros para o Brasil, sem que se tenha o ânimo de lucro.

Ademais, a estrutura de apoio aos setores da economia pela Apex-Brasil ocorre por meio de projetos setoriais, os quais podem ser divididos da seguinte forma: Agronegócios, Alimentos e Bebidas; Casa e Construção; Economia Criativa e Serviços; Máquina e Equipamentos; Moda; e Tecnologia e Saúde. Os projetos setoriais são realizados por meio de convênios com as entidades representativas de cada setor mencionado.

Para atender ao seu objetivo social, a Apex-Brasil está respaldada na Lei 8.029/1990, que estabeleceu em seu art. 8 a destinação de parcela da contribuição previdenciária arrecadada pela Receita Federal do Brasil com o fim de financiar as operações da Agência.



1.3 Localizações

A sede da Agência está localizada no Setor de Autarquias Norte, Quadra 5, Lote C, Torre B, 12º ao 18º andar - Centro Empresarial CNC. No Brasil, além da sede em Brasília, existem também as unidades de Belém, Porto Alegre, Recife, Goiânia e São Paulo. A Agência mantém, ainda, nove unidades em outros países, com finalidades consonantes aos seus objetivos legais e estatutários. Essas unidades estão estrategicamente localizadas nos principais mercados globais: Miami e São Francisco (EUA), Bogotá (Colômbia), Bruxelas (Bélgica), Moscou (Rússia), Dubai (Emirados Árabes Unidos), Pequim e Xangai (China) e Tel Aviv (Israel).

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis Intermediárias

2.1 Reapresentação das Demonstrações Contábeis de 2022 e 2021

As informações contábeis comparativas dos períodos findos em 30 de setembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 foram reapresentadas para contemplar uma mudança de política contábil adotada pela Apex-Brasil para aprimorar o modelo de reconhecimento das transações envolvendo convênios, cujo ajuste já foi contemplado nas demonstrações intermediárias do 1º trimestre de 2023.

Os recursos de convênios eram escriturados no ativo circulante, onde ficavam mantidos até que a entidade conveniada prestasse contas dos gastos incorridos. Levando-se em conta que historicamente não há devolução de recursos das conveniadas e, portanto, a escrituração da despesa no ativo era temporal até que a Apex-Brasil tomasse conhecimento dos gastos por meio de prestações de contas, a Entidade optou por reconhecer essa despesa tão logo ocorra o desembolso financeiro para a entidade conveniada, uma vez que a expectativa é de que os recursos sejam aplicados no objeto fim do projeto. Caso ocorra, futuramente, a devolução dos recursos pela conveniada, eles serão tratados como recuperação de despesa.

Tais mudanças de prática refletem de forma mais aderente - o conceito contábil de primazia da essência sob a forma, uma vez que o adiantamento anteriormente reconhecido como ativo não representava um benefício econômico futuro, de acordo com o conceito de ativo.

De acordo com a NBC TG 23 (R2) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, uma reapresentação por mudança de política contábil deve ser divulgada para demonstrar o saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e os demais montantes comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada. Sendo assim, são apresentadas a seguir uma conciliação das informações anteriormente divulgadas, os ajustes promovidos pela mudança de política contábil e os saldos ajustados para cada componente das Demonstrações contábeis:



Reapresentação das Demonstrações contábeis de 2022

- Contas afetadas no Balanço Patrimonial

	<u>31/12/2022</u> <u>Divulgado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2022</u> <u>Reapresentado</u>
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	44.435	-	44.435
Aplicação financeira	388.612	-	388.612
Adiantamentos concedidos	15.674	(12.090)	3.584
Outros ativos	100.196	-	100.196
	<u>548.917</u>	<u>(12.090)</u>	<u>536.827</u>
Ativo não circulante	267.449	-	267.449
Total do ativo	816.366	(12.090)	804.276
	<u>31/12/2022</u> <u>Divulgado</u>	<u>Ajuste</u>	<u>31/12/2022</u> <u>Reapresentado</u>
PASSIVO			
Passivo circulante	44.762	-	44.762
Passivo não circulante	200.095	-	200.095
Patrimônio líquido			
Superávit acumulado	636.169	(10.784)	625.385
Superávit do exercício	(64.660)	(1.306)	(65.966)
	<u>571.509</u>	<u>(12.090)</u>	<u>559.419</u>
Total do ativo	816.366	(12.090)	804.276



- **Contas afetadas na Demonstração do resultado do período**

	30/09/2022 Divulgada	Ajuste	30/09/2022 Reapresentada
Total das receitas operacionais	460.108	-	460.108
Despesas operacionais			
Despesas com convênios e projetos	(150.965)	(643)	(151.608)
Outras despesas e receitas	(388.560)	(9.986)	(398.546)
	(539.525)	(10.629)	(550.154)
Resultado financeiro líquido	47.251	9.986	57.237
Déficit do período	(32.166)	(643)	(32.809)

- **Contas afetadas na Demonstração do resultado do trimestre**

	3° Trimestre 2022 Divulgada	Ajuste	3° Trimestre 2022 Reapresentada
Total das receitas operacionais	155.731	-	155.731
Despesas operacionais			
Despesas com convênios e projetos	(58.965)	2.930	(56.035)
Outras despesas e receitas	(124.936)	-	(124.936)
	(183.901)	2.930	(180.971)
Resultado financeiro líquido	20.305		20.305
Déficit do período	(7.865)	2.930	(4.935)

- **Contas afetadas na Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

	Superávit acumulado	Superávit / (Déficit) do período	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2022, reapresentados	530.497	94.888	625.385
Incorporação do superávit do exercício anterior	94.888	(94.888)	-
Déficit do período	-	(32.809)	(32.809)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2022, reapresentados	625.385	(32.809)	592.576
Déficit do período de outubro a dezembro de 2022	-	(33.157)	(33.157)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022, reapresentados	625.385	(65.966)	559.419



- **Contas afetadas na Demonstração dos fluxos de caixa**

	30/09/2022 Divulgada	Ajuste	30/09/2022 Reapresentada
Superávit do período	(32.166)	(643)	(32.809)
Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:	37.214	-	37.214
Geração operacional	5.048	(643)	4.405
Redução / (aumento) nos ativos	(5.452)	643	(4.809)
Adiantamentos concedidos	12.958	-	12.958
Outros ativos	7.506	643	8.149
Aumento (redução) nos passivos	(2.412)	-	(2.412)
Fluxo de caixa das atividades de investimento	40.232	-	40.232
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(10.671)	-	(10.671)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	39.703	-	39.703
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	10.917	-	10.917
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	50.620	-	50.620
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	39.703	-	39.703

Reapresentação das Demonstrações contábeis de 2021

- **Contas afetadas no Balanço Patrimonial**

	31/12/2021 Divulgado	Ajuste	31/12/2021 Reapresentado
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10.917	-	10.917
Aplicação financeira	556.814	-	556.814
Adiantamentos concedidos	14.785	(10.784)	4.001
Outros ativos	85.964	-	85.964
	668.480	(10.784)	657.696
Ativo não circulante	185.419	-	185.419
Total do ativo	853.899	(10.784)	843.115



	31/12/2021 Divulgado	Ajuste	31/12/2021 Reapresentado
PASSIVO			
Passivo circulante	52.955	-	52.955
Passivo não circulante	164.775	-	164.775
Patrimônio líquido			
Superávit acumulado	544.754	(14.257)	530.497
Superávit do exercício	91.415	3.473	94.888
	636.169	(10.784)	625.385
Total do ativo	853.899	(10.784)	843.115

- **Contas afetadas na Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

	Superávit acumulado	Superávit / (Déficit) do período	Total
SALDOS EM 01 DE JANEIRO DE 2021, reapresentados	341.532	188.965	530.497
Incorporação do superávit do exercício anterior	188.965	(188.965)	-
Superávit do período	-	139.547	139.547
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2021, reapresentados	530.497	139.547	670.044
Déficit do período de outubro a dezembro de 2021	-	(44.659)	(44.659)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, reapresentados	530.497	94.888	625.385

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias foram preparadas em observância aos critérios de apresentação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBC TSP) conjuntamente com as práticas de apresentação aplicáveis ao setor privado, que são denominadas Normas Brasileiras de Contabilidade Geral (NBC TG's), em especial a NBC TG 21 (R4) – Demonstrações Intermediárias.

Conforme indicado na Nota Explicativa nº 2.3 a seguir, essas demonstrações contábeis intermediárias evidenciam todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis.

2.3 Julgamentos relevantes na adoção das NBCs TSP

A Apex-Brasil adota as normas contábeis do setor público (NBC TSP EC) em observância às determinações decorrentes do Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 991/2019. Tal documento tratou dos aspectos contábeis das Entidades do “Sistema S”, determinando que as Demonstrações contábeis destas entidades devem ser elaboradas, no que couber, de acordo com a NBC TSP EC (ou outra norma do Conselho Federal de Contabilidade que vier a sucedê-la).



O Conselho Federal de Contabilidade ainda não publicou todas as NBCs TSP equivalentes às normas internacionais de contabilidade aplicáveis ao setor público (*International Public Sector Accounting Standard – “IPSAS”*), emitidas pelo *International Public Sector Accounting Standard Board – “IPSASB”*. Com isso, a Apex-Brasil seguiu a orientação da NBC TSP 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que prevê, na ausência de norma contábil específica, que a Administração exerça o seu julgamento para aplicar as políticas contábeis que resultem em informação:

- i) relevante para a tomada de decisão dos usuários; e
- ii) confiável, de tal modo que as demonstrações contábeis:
 - a) representem fidedignamente a situação patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade;
 - b) reflitam a essência econômica das transações, outros eventos e condições, e não apenas a forma legal;
 - c) sejam neutras, isto é, que estejam livres de viés;
 - d) sejam prudentes; e
 - e) sejam completas em todos os aspectos materiais.

Nesse sentido, na ausência de uma NBC TSP aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) a respeito de determinado assunto, a Administração da Apex-Brasil adotou as práticas contábeis equivalentes ao setor privado, por considerar que tais normas seriam as mais adequadas no momento e de amplo conhecimento dos usuários das Demonstrações Contábeis.

Os principais pronunciamentos contábeis adotados pela Apex-Brasil e ainda não regulamentados pelo CFC pelas NBC TSP ECs são:

- i) Elaboração de Demonstrações contábeis intermediárias: a Apex-Brasil adotou as diretrizes do CPC 21 – Informações intermediárias;
- ii) Arrendamento mercantil: a Apex-Brasil adotou as diretrizes do CPC 6 (R2) – Arrendamentos. O CFC recentemente abriu consulta pública da NBC TSP 27 – Arrendamentos que dá tratamento distinto ao adotado pelo CPC 6 (R2). Todavia, também fez parte da consulta pública a não adoção desta norma no modelo apresentado, visando aguardar a aderência das normas internacionais de serviço público aplicável a Arrendamentos à norma já em vigor para entes privados (IFRS 16), processo esse já em andamento pelo *IPSAS Board*. A referida consulta pública já foi encerrada, porém o CFC ainda não divulgou o relatório da consulta pública. A Administração da Apex-Brasil acompanha o andamento desta consulta pública, a fim de verificar se haverá ou não a necessidade futura de alteração da prática contábil atualmente adotada.

2.4 Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor; determinados ativos e passivos financeiros são mensurados ao valor justo.



2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Contábeis estão sendo apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todos os saldos foram arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração da Entidade faça julgamentos, estimativas técnicas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais contas sujeitas a estimativas estão representadas:

- i) As aplicações financeiras que são classificadas como instrumentos financeiros, incluídos em fundos de investimentos exclusivos da Apex-Brasil, mensurados a valor justo por meio do resultado - Nota Explicativa nº 5;
- ii) As contas a receber sujeitas à constituição de provisão para devedores duvidosos – Nota Explicativa nº 6;
- iii) O imobilizado e o intangível que são afetados pela depreciação/amortização acumuladas – Nota Explicativa nº 10;
- iv) O ativo e passivo com Arrendamento Mercantil em função da determinação da taxa de juros incremental e pelos fluxos de caixa utilizados na adoção do CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil, pronunciamento este ainda sem norma aprovada para o setor público, mas adotada para o setor privado – Notas Explicativas nº 9 e nº 13; e
- v) As provisões para riscos tributários e trabalhistas - Nota Explicativa nº 14.

2.7 Base para elaboração e apresentação da Demonstração das informações orçamentárias

A apresentação das informações orçamentárias nas Demonstrações contábeis considerou o disposto na NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, e as orientações do TCU contidas no Acórdão nº 991/2019 sobre melhorias na transparência, práticas já adotadas pela Apex-Brasil quando da elaboração do Relatório de Gestão, incluído nas prestações de contas anuais.

A contabilidade e o orçamento adotam regime de competência, e as exceções residem nos fatos econômicos da DRE (por exemplo, amortização e depreciação) e financeiras do Orçamento (receitas e despesas de capital). Além dessas exceções, também constituem exceção ao regime de competência no orçamento da Apex-Brasil os seguintes itens:

- Despesas de viagens: os valores repassados diretamente aos empregados ou convidados a título de diárias ou de hospedagem são executadas no orçamento quando do



desembolso financeiro. Para os registros contábeis, esse repasse é considerado adiantamento e a despesa impacta o resultado quando da prestação de contas das viagens.

- Despesas de aluguel: conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.4, a Apex-Brasil adotou o CPC 06 (R2) para as suas operações com arrendamentos, sendo que este normativo estabelece o modelo único de contabilização de arrendamentos nas demonstrações contábeis de arrendatários através de Direito de Uso, com impacto nos aluguéis da sede em Brasília e dos Escritórios Apex-Brasil Miami, Bruxelas e São Paulo, que são considerados arrendamentos mercantis. Para o orçamento, a despesa de aluguel continua sendo reconhecida quando do desembolso financeiro, e as despesas econômicas não são consideradas despesas orçamentárias.
- Variação cambial positiva e negativa dos recursos financeiros custodiados nas unidades do exterior: não são incluídas na previsão orçamentária.
- Provisões contingenciais: são consideradas por regime de caixa.
- Aquisição de softwares e equipamentos de informática: são consideradas por regime de caixa.

Uma conciliação das informações contábeis contidas na Demonstração do resultado com as informações existentes na Demonstração das informações orçamentárias é apresentada na Nota Explicativa nº 26.

2.8 Aprovação das Demonstrações Contábeis

A emissão destas Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria Executiva da Apex-Brasil em 14 novembro de 2023.

2.9 Informações contábeis das unidades da Apex-Brasil no exterior

As unidades no exterior da Apex-Brasil foram constituídas como filiais da Entidade, e são organizadas conforme a legislação de cada país, e possuem contabilidade própria para fins de cumprimento da legislação local e para permitir o acompanhamento gerencial pela Administração da Entidade.

Por se tratar de filiais, os saldos contábeis das unidades no exterior da Apex-Brasil e da sua sede em Brasília são apresentados de maneira conjunta por meio de demonstração única.

2.10 Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para o Real, que é a moeda funcional da Apex-Brasil, de acordo com as taxas de câmbio nas datas das transações. Os ativos e os passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação das demonstrações contábeis são convertidos para Reais à taxa de câmbio apurada em cada data-base das informações financeiras. As diferenças cambiais de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.



As moedas correntes das unidades da Apex-Brasil no exterior são: Renminbi Chinês (CNY) na China; Dirham (AED) nos Emirados Árabes Unidos; Dólar Estadunidense (USD) nos Estados Unidos da América; Peso Colombiano (COP) na Colômbia; Euro (EUR) na Bélgica; Rublo (RUB) na Rússia; e Shekel (ILS) em Israel.

2.11 Novas NBC TSP aprovadas com vigência em exercícios futuros

O CFC publicou para outros exercícios novas Normas Brasileiras de Contabilidade – Técnica do Setor Público (NBC TSPs) conforme quadro abaixo:

NBC	Nome da Norma	Referência IFAC	Vigência	Impacto esperado
NBC TSP 29	Benefícios Sociais	IPSAS 42	A partir de 1º de janeiro de 2024	Sem impacto
NBC TSP 30	Instrumentos Financeiros: Apresentação.	IPSAS 28	A partir de 1º de janeiro de 2024	Sem impacto
NBC TSP 31	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.	IPSAS 41	A partir de 1º de janeiro de 2024	Sem impacto
NBC TSP 32	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Contabilidade de Hedge - Aplicação Residual).	IPSAS 29	A partir de 1º de janeiro de 2024	Sem impacto
NBC TSP 33	Instrumentos Financeiros: Divulgações.	IPSAS 30	A partir de 1º de janeiro de 2024	Sem impacto
NBC TSP 34	Custos no Setor Público.	não há	A partir de 1º de janeiro de 2024	Sem impacto

3 Principais práticas contábeis

As demonstrações contábeis intermediárias são apresentadas sem todas as Notas explicativas normalmente divulgadas por ocasião das Demonstrações Contábeis anuais. Desse modo, as notas explicativas do presente relatório buscam evidenciar as alterações relevantes ocorridas no período apresentado, se houver.

As práticas contábeis utilizadas na preparação destas Demonstrações Contábeis intermediárias são as mesmas adotadas na preparação das Demonstrações Contábeis anuais da Entidade relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, exceto pelo parágrafo que descreve a prática na contabilização dos repasses financeiros de convênios. Portanto, estas demonstrações contábeis intermediárias devem ser lidas em conjunto com as demonstrações contábeis anuais da Entidade do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que contemplam o conjunto completo das notas explicativas, e o parágrafo na sequência que descreve a prática contábil para contabilização dos repasses financeiros relativos aos desembolsos de convênios.

3.1 Desembolsos financeiros de Convênios

Despesas de convênios são recursos financeiros repassados aos convênios pela Apex-Brasil e utilizados mensalmente pelo conveniente. Os repasses concedidos para os convenientes e projetos são realizados baseados na projeção de realização das despesas mensais apuradas, de acordo com a execução financeira de cada projeto e/ou convênio. Os recursos repassados às entidades são mantidos em conta corrente do conveniente durante sua execução e, caso não executados, são devolvidos a Apex-Brasil após o encerramento do convênio.



O reconhecimento contábil das despesas de convênios ocorre à medida que os repasses financeiros relativos aos desembolsos de convênios são realizados aos convenientes, ou seja, a partir da saída de caixa da Apex-Brasil e é baseada na projeção de realização das despesas mensais apuradas pelos convenientes.

3.2 Aspectos tributários

i) Imposto de renda

A Apex-Brasil é uma entidade isenta do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ, por se tratar de uma instituição sem fins lucrativos, que presta serviços para os quais foi instituída. Nesse sentido, é importante salientar que ser considerada entidade sem fins lucrativos não significa que a Entidade não possa apresentar superávit em suas contas, mas apenas que, caso o apresente em determinado exercício, o referido resultado é destinado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, em consonância ao que prevê o art. 12, § 3º da Lei nº 9.532/1997.

Ainda, as entidades consideradas isentas do IRPJ, pela finalidade ou pelo objeto, deverão atender aos requisitos previstos no art. 15, § 3º, da Lei nº 9.532/1997, com as alterações promovidas pela Lei nº 9.718/1998 (Arts. 10 e 18, IV).

Os rendimentos e os ganhos de capitais auferidos em aplicações financeiras de renda fixa não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/1997, art. 12 § 2º e art. 15 § 2º), estando fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos.

A Apex-Brasil impetrou o Mandado de Segurança nº 1074404-87.2021.4.01.3400 em 20 de outubro de 2021, junto à Justiça Federal do DF, buscando o reconhecimento da imunidade em relação ao Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF sobre receitas financeiras e remessas para o exterior e está aguardando decisão judicial. Se vencedora a tese, estima-se um impacto anual de R\$ 16 milhões.

ii) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Baseado no parágrafo 1º do art. 15 da Lei nº 9.532/1997, a Apex-Brasil está isenta também da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

iii) PIS

Nos termos do art. 13 da Medida Provisória nº 2.158-35/01, a contribuição para o PIS/PASEP será determinada com base na folha de salários, à alíquota de 1%, com o recolhimento mensal desse tributo. Por isso, é isenta de recolhimento de PIS sobre receita financeira nos termos dos arts. 2º e 9º da IN RFB 247 de 2002.

iv) COFINS

Em relação à tributação da COFINS, o inciso X, do art. 14, e o inciso VI, do art. 13, ambos da Medida Provisória nº 2.158-35/01, determinam que as receitas da atividade própria são isentas para Serviços Sociais Autônomos, criados ou autorizados por lei. Para as receitas não próprias,



como as financeiras, a Apex-Brasil efetua a apuração e o recolhimento da COFINS à alíquota de 4%, conforme o Decreto nº 8.426/2015.

4 Caixa e equivalentes de caixa

A posição de caixa e equivalentes de caixa é a seguinte:

Descrição		30/09/2023	31/12/2022
Fundo fixo de caixa		20	88
Depósitos bancários - Nacional		70	77
Depósitos bancários - Exterior - EAs	(i)	10.830	44.270
Total		10.920	44.435

- (i) Os depósitos bancários – Exterior referem-se a disponibilidades bancárias das unidades da Apex-Brasil nos países que mantém escritórios e são mantidas para suportar as despesas mensais de manutenção e de promoção das exportações em cada uma das localidades. No 3º Trimestre de 2023 a ApexBrasil aplicou parte do montante dos recursos disponíveis em títulos Tesouro Americano que acompanham a taxa básica de juros norte-americanos objetivando a preservação do capital da ApexBrasil em moeda forte.

5 Aplicações financeiras

A Apex-Brasil concentra parte substancial de sua disponibilidade financeira em dois Fundos de Investimentos exclusivos, sendo um gerido pela Caixa Econômica Federal, denominado “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa”, e outro, administrado pelo Banco do Brasil DTVM, denominado “BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo”. Os Fundos de Investimento Exclusivos são mantidos com prazo indeterminado de duração e destinam-se a receber aplicações da Apex-Brasil, que é considerada como investidor qualificado na forma do regulamento disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os ativos financeiros pertencentes a cada fundo de investimento podem ser classificados como “Valor justo por meio do resultado” ou “Custo amortizado”. Sendo “Custo amortizado”, os ativos registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos de forma *pro rata die* até a data de encerramento do balanço. Para os ativos classificados por “Valor justo por meio do resultado”, além da prática mencionada anteriormente, ainda são ajustados ao valor provável de realização na data do balanço, conforme a metodologia da curva de juros de mercado com base na Estrutura a Termo da Taxa de Juros – ETTJ, divulgada pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capital – ANBIMA.

A composição das aplicações financeiras é como segue:

Descrição		30/09/2023	31/12/2022
Fundo de Investimento Exclusivo - Caixa Econômica Federal	(i)	296.869	233.025
Fundo de Investimento Exclusivo - Banco do Brasil	(ii)	492.806	386.026
Fundos de Investimento - Capital de Giro	(iii)	3.633	2.586
Depósitos Bancários - Exterior - Matriz	(iv)	37.987	-
Total		831.295	621.637
Segregado em:			
Circulante		534.426	388.612
Não Circulante		296.869	233.025
		831.295	621.637



Abaixo está apresentado o detalhamento das carteiras de cada Fundo de Investimento Exclusivo em 30 de setembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022, considerando a classificação dos ativos e o seu prazo de vencimento.

i) Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa (ApexPort)

	Qtd Títulos (em milhares)	Vencimento 2023	Vencimento de 2024 a 2027	Saldos em	
				30.09.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes	-	26	-	26	12
Operações compromissadas - (NTN-F)	189	-	152.517	152.517	119.741
	189	26	152.517	152.543	119.753
Títulos e valores mobiliários de renda fixa - Valor justo por meio de resultado					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	7	-	99.271	99.271	113.285
Letras Financeiras (LF)	0	-	17.136	17.136	-
CDB/ RDB	27	-	27.934	27.934	-
	34	-	144.341	144.341	113.285
Total do ativo		26	296.858	296.884	233.038
Valores a pagar	-	(15)	-	(15)	(13)
Valor do Fundo de Investimento em 30/09/2023				296.869	233.025

A partir de 2017, a Administração da Apex-Brasil optou, conservadoramente, por destinar parte da sua disponibilidade de recursos para constituir uma reserva financeira, visando fazer frente a um eventual desembolso de caixa para quitação da obrigação referente ao processo judicial em que se discute o percentual da taxa de administração cobrada pela Receita Federal do Brasil, apresentada na Nota Explicativa nº 14.

A partir de 2020, baseado no Plano de Investimentos aprovado pelo Conselho Deliberativo, a Apex-Brasil reclassificou o saldo deste fundo integralmente para o Ativo não circulante. Em função disso, o saldo desta aplicação financeira tem o objetivo de evidenciar a intenção da Administração de separar tais recursos de suas operações, caso eventual desembolso seja necessário.

A rentabilidade do “Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil Renda Fixa” no trimestre findo em 30 de setembro de 2023 foi de 3,25%, representando 100,88% do CDI (rentabilidade de 3,33% no mesmo período de 2022, representando 100,78% do CDI).

ii) BB ABRC Fundo de Investimento Exclusivo Longo Prazo (ABRC)



	Qtd Títulos (em milhares)	Vencimento 2023	Vencimento de 2024 a 2035	Saldos em 30.09.2023	31.12.2022
Caixa e equivalentes	-	73	-	73	145
Operações compromissadas - (LFT)	249	-	250.615	250.615	62.825
	249	73	250.615	250.688	62.970
Títulos e valores mobiliários de renda fixa					
- Valor justo por meio de resultado					
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	8	-	105.642	105.642	247.914
	8	-	105.642	105.642	247.914
Títulos e valores mobiliários de renda fixa					
- Custo amortizado					
Letras Financeiras (LF)	1	-	127.114	127.114	75.157
Debêntures	5	-	5.118	5.118	-
Mercado Futuro	0	-	2	2	-
CDB/ RDB	4	-	4.294	4.294	-
	10	-	136.529	136.529	75.157
Total do ativo		73	492.786	492.859	386.041
Valores a pagar		(53)	-	(53)	(15)
Valor do Fundo de Investimento em 30/09/2023				492.806	386.026

Diferentemente do fundo administrado pela Caixa Econômica Federal, em que a Administração da Apex-Brasil fez a segregação do seu saldo entre Circulante e Não circulante, baseado na sua intenção de constituir reserva financeira para provisão no passivo, a segregação do “Fundo Exclusivo BB ABRC” se deu baseada no montante de títulos classificados na categoria de “Custo amortizado” e que possuem vencimento superior a 12 (doze) meses a partir da atual data-base.

A rentabilidade do “Fundo Exclusivo BB ABRC” no trimestre findo em 30 de setembro de 2023 foi de 3,07%, representando 95,33% do CDI (rentabilidade de 3,24% no mesmo período de 2022, representando 97,87% do CDI).

iii) Fundos de Investimentos – Capital de giro

Referem-se a fundos não exclusivos destinados à manutenção do capital de giro da Apex-Brasil, com saldo definido de acordo com a análise do fluxo de caixa, histórico mensal das despesas correntes de manutenção administrativa e projeção do fluxo de caixa das despesas com promoção de exportação, relacionadas aos convênios e projetos estabelecidos pela Apex-Brasil, sendo que os saldos estão aplicados em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil.A

iv) Depósitos bancários no exterior - Matriz

Referem-se às aplicações financeiras da Apex-Brasil no exterior mantidas para suportar as despesas mensais de manutenção e de promoção das exportações em cada uma das localidades, objetivando reduzir a exposição cambial de compromissos firmados, incluindo despesas do Projeto Expo e custos dos escritórios da Apex-Brasil no exterior. O valor dos recursos está aplicado em títulos do Tesouro Americano, acompanhando a taxa básica de juros norte-americanos para fazer face aos compromissos financeiros internacionais da Agência, objetivando a preservação do capital da Apex-Brasil em moeda forte.



6 Créditos a receber

Descrição		30/09/2023	31/12/2022
Arrecadação do repasse da SRFB - Lei nº 8.029/1990	(i)	58.159	90.326
Contas a receber de exposições e outros	(ii)	2.491	2.960
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa		(938)	(701)
Total		59.712	92.585

- (i) O repasse da Contribuição Social Ordinária, cuja receita está detalhada na Nota Explicativa nº 16, foi integralmente recebido no mês subsequente. A redução do valor desta conta em setembro de 2023 decorreu do fato de o saldo em 31 de dezembro de 2022 incluir a parcela do mês mais a parcela relativa ao 13º salário, enquanto o saldo em 30 de setembro de 2023 reflete o repasse relativo a este mês que será recebido posteriormente.
- (ii) O saldo de contas a receber é caracterizado, predominantemente, por créditos provenientes da venda de espaços em feiras e eventos no exterior. Os principais eventos realizados em 2023 foram Gulfood, OTC, Foodex, Sial China, Expo Antad, Biofach, Seafood, e receitas do projeto PamAgro realizados até setembro de 2023.

7 Adiantamentos concedidos

Descrição		30/09/2023	31/12/2022 Reapresentada
Adiantamento para empregados	(i)	3.297	1.819
Adiantamento para terceiros	(ii)	2.119	1.765
Total		5.416	3.584

- (i) Adiantamentos para empregados: São adiantamentos feitos aos empregados da Apex-Brasil, na forma de adiantamento de 13º salário, férias e para viagens corporativas. O incremento do saldo em 30/09/2023 decorreu do adiantamento da parcela do 13º salário referente ao exercício corrente, pago em fevereiro e que será compensado com o pagamento da obrigação ao final do exercício.
- (ii) Adiantamento para terceiros: refere-se a créditos da Apex-Brasil com entidades organizadoras de eventos no Brasil e no exterior, o qual será efetivado no momento de sua realização.

8 Depósitos judiciais e garantias

Descrição		30/09/2023	31/12/2022
Depósitos de INSS	(i)	33.651	22.541
Depósitos e cauções em geral		644	717
Depósitos de processos trabalhistas		858	914
Depósitos de processos tributários		359	-
Total		35.512	24.172

- (i) O saldo diz respeito à contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias (patronal) depositada judicialmente, em razão de ação com pedido de liminar para renovação de certidão de regularidade fiscal. O



Processo nº 0014583-58.2010.4.01.3400 (Mandado de Segurança) em que se discute o assunto será submetido a novo julgamento pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para se adequar ao entendimento firmado pelo STF no RE 1.072.485/PR, confirmando, ao que tudo indica, a incidência tributária sobre a parcela discutida, com expectativa de perda provável, momento em que os depósitos realizados pela Agência serão revertidos à União Federal. Esse entendimento também tem efeitos na constituição de Provisão para contingências, conforme Nota Explicativa nº 14.

9 Direitos em Uso de Arrendamento

Referem-se aos contratos de locação de imóveis da sede e dos escritórios de Bruxelas, Miami e São Paulo cujo prazo de aluguel tem duração superior a 12 meses e cuja contabilização atenda a definição da norma de Arrendamento Mercantil - direitos em uso. O saldo é assim apresentado:

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Direitos em Uso de Arrendamento	34.647	28.152
(-) Amortização	(8.293)	(22.004)
Total	26.354	6.148

A movimentação do direito de uso por contrato de arrendamento para o trimestre findo em 30 de setembro de 2023 e para o exercício findo em 2022 foi a seguinte:

	Sede (i)	EA Sudeste (ii)	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
Saldo em 31/12/2021	6.603	-	5.289	1.060	12.952
(-) Depreciação	(4.135)	-	(2.165)	(259)	(6.559)
(+/-) Variação cambial líquida	-	-	(377)	(134)	(511)
Modificações nos contratos	266	-	-	-	266
Saldo em 31/12/2022	2.734	-	2.747	667	6.148
(+) Adição	23.181	2.826	-	-	26.007
(-) Depreciação	(3.494)	(391)	(1.579)	(194)	(5.658)
(+/-) Variação cambial líquida	-	-	(114)	(29)	(143)
Saldo em 30/09/2023	22.421	2.435	1.054	444	26.354

- (i) Com o objetivo de garantir a contínua excelência de suas operações, a Apex-Brasil procedeu com a renovação do contrato de locação de sua sede, em agosto de 2023. Este acordo é válido por um período de 5 anos. Tal contrato está sendo devidamente registrado nas Demonstrações Contábeis do 3º trimestre de 2023, sendo alocado nas contas pertinentes ao grupo de Arrendamentos.
- (ii) EA Sudeste: Trata-se de contrato de aluguel para um período de 3 anos de um espaço físico em São Paulo, assinado em maio de 2023, com o objetivo de atender as atuais necessidades de negócio da Agência na região Sudeste, principal exportadora do Brasil, e que comporte os recursos e meios adequados para atender as demandas de promoção de exportação, internacionalização e atração de investimentos da região.

10 Imobilizado e Intangível



A movimentação do imobilizado e do intangível no exercício de 2023 e 2022 é assim demonstrada:

a) Imobilizado

	31/12/2021	Adições	Baixas	31/12/2022	Adições	Baixas (i)	30/09/2023
Custo							
Equipamentos de informática	6.833	2.587	(276)	9.144	91	(162)	9.073
Móveis e utensílios	3.825	-	(85)	3.740	4	(936)	2.808
Instalações	12	1	(4)	9	5	(1)	13
Máquinas e equipamentos	315	8	1	324	-	(145)	179
Obras de arte	52	-	(50)	2	-	-	2
	11.037	2.596	(414)	13.219	100	(1.244)	12.075
Depreciação							
Equipamentos de informática	(5.312)	(1.103)	476	(5.939)	(947)	162	(6.724)
Móveis e utensílios	(3.482)	(55)	72	(3.465)	(55)	932	(2.588)
Instalações	(13)	(1)	5	(9)	-	1	(8)
Máquinas e equipamentos	(253)	(15)	6	(262)	(10)	143	(129)
	(9.060)	(1.174)	559	(9.675)	(1.012)	1.238	(9.449)
Total do imobilizado	1.977	1.422	145	3.544	(912)	(6)	2.626

b) Intangível

	31/12/2021	Adições	Baixas	44.926	Adições	Baixas (i)	30/09/2023
Custo							
Softwares	3.741	-	-	3.741	-	(1.104)	2.637
	3.741	-	-	3.741	-	(1.104)	2.637
Amortização							
Softwares	(2.868)	(342)	29	(3.181)	(285)	1.104	(2.362)
	(2.868)	(342)	29	(3.181)	(285)	1.104	(2.362)
Total do intangível	873	(342)	29	560	(285)	-	275

- (i) As baixas efetuadas no exercício de 2023 foram decorrentes da alienação dos ativos classificados como inservíveis, os quais resultaram dos levantamentos de inventário realizados tanto na sede quanto nos escritórios da Apex-Brasil, no Brasil quanto no exterior.

11 Obrigações trabalhistas e sociais

Descrição	30/09/2023	31/12/2022
Provisões de férias e encargos	12.197	12.516
Provisões de 13º salários e encargos	5.535	-
Provisão de descanso anual e gratificação anual	411	278
Remuneração e benefícios a pagar	953	2.097
Encargos sociais	(i) 2.442	5.011
Total	21.538	19.902

- (ii) A redução do saldo em encargos sociais em 30 de setembro de 2023, quando comparado ao encerramento do exercício de 2022, está atrelada aos encargos sociais incidentes sobre férias e 13º que ocorreram no mês de dezembro de 2022.



12 Contas a pagar e fornecedores

Descrição		30/09/2023	31/12/2022
Fornecedores nacionais	(i)	5.595	14.124
Fornecedores estrangeiros		3.747	1.384
Depósitos e cauções de licitações		786	1.024
Fornecedores de viagens		1.703	1.016
Demais contas a pagar		411	659
Total		12.242	18.207

(i) A redução refere-se substancialmente aos pagamentos de serviços de Marketing e Eventos, liquidados no início de 2023.

13 Arrendamentos a pagar

A movimentação do passivo a pagar no trimestre findo em 30 de setembro de 2023 e no exercício de 2022, segregado por contrato, pode ser apresentada como segue:

	Sede	EA Sudeste	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
Moeda	BRL	BRL	USD	EUR	
Taxa de juros (a.a.)	16,5%	16,6%	4,2%	2,0%	
Saldo em 31/12/2021	8.454,00	-	6.324,00	1.030,00	15.808,00
(+) Juros	685	-	474	70	1.229
(-) Pagamentos	(8.171)	-	(2.785)	(276)	(11.232)
(+/-) Variação cambial líquida	-	-	(453)	(130)	(583)
Modificações de contratos de arrendamentos	39	-	-	-	39
Saldo em 31/12/2022	1.007	-	3.560	694	5.261
(+) Adição	23.182	2.825	-	-	26.007
(+) Juros	694	168	79	7	948
(-) Pagamentos	(1.642)	(724)	(2.086)	(207)	(4.659)
(+/-) Variação cambial líquida	-	-	(148)	(29)	(177)
Saldo em 30/09/2023	23.241	2.269	1.405	465	27.380
Segregado em:	30/09/2023	31/12/2022			
Passivo Circulante	5.592	4.098			
Passivo Não circulante	21.788	1.163			
Total	27.380	5.261			

(i) O montante relevante de pagamentos do arrendamento da Sede em 2022 ocorreu pela antecipação de aluguel da sede por um período de 10 meses.



Os pagamentos futuros das contraprestações dos contratos de arrendamento e direito de uso estão detalhados a seguir:

Ano	Sede	EA Sudeste	EA Miami	EA Bruxelas	TOTAL
2023	1.613	265	704	68	2.650
2024	6.621	1.062	718	271	8.672
2025 em diante	25.139	1.446	-	135	26.720
Total de pagamentos futuros	33.373	2.773	1.422	475	38.041
(-) Total de juros	(10.132)	(503)	(17)	(10)	(10.662)
Saldo em 30/09/2023	23.241	2.269	1.405	465	27.380

- (ii) O montante relevante de pagamentos do arrendamento da Sede em 2022 ocorreu pela antecipação de aluguel da sede por um período de 10 meses.

14 Provisão para riscos tributários e trabalhistas

A composição relativa a perdas classificadas como prováveis em 30 de setembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022 é apresentada a seguir:

Descrição		30/09/2023	31/12/2022
Provisão taxa de administração RFB	(i)	188.535	166.496
Provisão para contingências trabalhistas de risco provável	(ii)	8.979	8.456
Provisão para INSS	(iii)	34.620	23.326
Provisão para contingências cíveis	(iv)	2.819	81
Provisão para contingências tributárias de risco provável		764	170
Total		235.717	198.529

- (i) Trata-se de taxa de administração cobrada pela Receita Federal do Brasil (RFB) para o Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização – FUNDAF. O ponto central discutido decorre do fato de a Receita Federal do Brasil – RFB ter definido como devida a ela a taxa de 3,5% sobre os valores repassados para a Apex-Brasil, a partir de maio de 2007.

Por outro lado, a Entidade obteve decisão liminar favorável em 1º grau através de Mandado de Segurança por ela impetrado (Processo nº 0035094-38.2014.4.01.3400 – 9ª Vara Federal), onde foi determinado que a taxa a devida seria de 1,5% sobre os valores repassados a partir de maio de 2007, ou seja, menor do que aquela pretendida pela RFB. Adicionalmente, em 4 de dezembro de 2017, a Apex-Brasil obteve sentença favorável, determinando a prescrição dos valores cobrados pela Receita Federal relativos ao período anterior a março de 2009.

Até o momento, a sentença de 1º grau favorável à Apex-Brasil e a decisão liminar definiram que a taxa de administração devida pela Entidade seja de 1,5%, a partir de abril de 2009, o que vem sendo retido pela RFB. Tendo em vista decisão contrária em relação ao percentual devido em outros processos judiciais congêneres (ABDI e SEBRAE), decidiu a Apex-Brasil, seguindo os preceitos contábeis e o prognóstico de perda provável informado pelos dos assessores jurídicos, provisionar a diferença de 2% como um passivo a longo prazo que totaliza R\$ 188.535 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 166.496 em 31 de dezembro de 2022).

Conservadoramente, e conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, a Apex-Brasil passou a constituir uma reserva financeira que corresponde a parte do valor do Fundo de Investimento Exclusivo Caixa Apex-Brasil



Renda Fixa, que totaliza R\$ 296.869 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 233.025 em 31 de dezembro de 2022), para fazer face a eventual decisão desfavorável em instâncias superiores, caso venha a ocorrer.

- (ii) A Apex-Brasil responde a 13 reclamações trabalhistas que são classificadas com Contingência Provável, nas quais os ex-empregados postulam supostos direitos a horas extras, equiparação salarial, reintegração etc., e cujo risco estimado é de R\$ 8.979 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 8.456 em 31 de dezembro de 2022), que se encontra devidamente provisionado nas Demonstrações Contábeis.
- (iii) Houve constituição de provisão com prognóstico de Perda Provável para o recolhimento da contribuição previdenciária apurada sobre o terço constitucional de férias (patronal), para se adequar ao entendimento firmado pelo STF no RE 1.072.485/PR, confirmando a incidência tributária sobre a parcela discutida. Houve também a constituição de provisão para o INSS patronal, referente a uma nova liminar deferida em 21 de outubro de 2021 e Mandado de Segurança concedido com apelação da União através de processo enviado ao TRF em agosto/2022, para suspender a exigibilidade das contribuições previdenciárias patronais (arts. 22, incisos I, II e III e 23 da Lei nº 8.212/91). A partir de novembro de 2021, os recolhimentos da contribuição patronal do INSS passaram a ser mediante depósitos judiciais. O valor provisionado encontra-se integralmente depositado judicialmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 8.
- (iv) Em fevereiro de 2023, a Apex-Brasil tomou conhecimento de ação movida na Justiça comum em Dubai, pela empresa contratada para apoiar a organização e montagem do Pavilhão brasileiro durante a Expo Dubai 2020, a PICO INTERNATIONAL LLC, requerendo o pagamento de penalidade aplicada pela Apex-Brasil por atraso em algumas fases de entrega dos serviços, extensão do prazo de execução dos serviços, substancialmente por causa da pandemia e variações do custo orçado versus realizado que totalizam USD 4.400 (proximamente R\$ 21.330 mil). Contudo, a Apex-Brasil reconhece apenas como devida a importância de USD 480 (aproximadamente R\$ 2.440 mil) a título de “Variations – VO Claim”, sendo que a diferença de valor é considerada como Perda Possível conforme avaliação jurídica.

14.1 Contingências passivas classificadas como possíveis

A Apex-Brasil é parte em outros processos judiciais, cuja probabilidade de perda é avaliada trimestralmente pela sua área jurídica. Aqueles processos classificados com prognóstico de perda “possível” não têm provisão reconhecida nas demonstrações contábeis, em conformidade com as normas contábeis contidas na NBC TSP 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e consideram as premissas definidas pela Administração da Entidade e seus assessores jurídicos.

Nos processos de natureza trabalhista envolvendo, em grande parte, pedidos cujas decisões dominantes em processos congêneres, eles têm sido desfavoráveis às teses de defesa da Apex-Brasil; quanto aos pedidos de reintegração de ex-colaboradores, o entendimento atual do Tribunal Superior do Trabalho tem sido favorável à tese defendida pela Apex-Brasil. Além de 13 processos provisionados como Perda Provável, a Apex-Brasil é demandada em outras 8 reclamações que são classificadas com Contingência Possível, totalizando o valor de R\$ 14.063 mil.

Destaca-se que, na busca de maior acuracidade e transparência nos valores demonstrados nos processos judiciais, cuja avaliação de perda seja “provável” e na mesma ação existam outros pedidos com prognóstico de probabilidade de perda seja apenas “possível”, procedeu-se o desmembramento do valor total estimado do processo de forma a reconhecer ambas as avaliações, de acordo com o status particular de cada parcela.

Por fim, nos processos de natureza cível há ações de cobrança em que é possível a Apex-Brasil não lograr êxito na demanda, totalizando o valor de R\$ 19.109 mil, sendo a principal ação reclamatória da empresa PICO INTERNATIONAL LLC no valor aproximado de R\$ 18.890 mil.



14.2 Processos de natureza tributária em que a Apex-Brasil é relacionada como parte passiva, juntamente com a União e outras entidades do “Sistema S”

A Apex-Brasil é relacionada na parte passiva, juntamente com a União e outras entidades do “Sistema S”, em sede de mandados de segurança e ações ordinárias que discutem a constitucionalidade das contribuições destinadas à Agência, ou a discussão da base de cálculo de tais contribuições. Ressalta-se que o prognóstico de desfecho de tais ações não requer o reconhecimento de “provisão contábil”, na medida em que a 1ª Seção do STJ (REsp 1.619.954) unificou tese de que os Serviços Sociais Autônomos não possuem legitimidade para figurar em ações de repetição de indébito. Não obstante, qualquer outro efeito de eventual decisão desfavorável teria efeito prospectivo. Apresentamos a seguir as discussões envolvendo a contribuição recebida pela Apex-Brasil:

a) Constitucionalidade das contribuições ao “Sistema S”

Com relação ao primeiro grande objeto de discussão (constitucionalidade das contribuições), no dia 23 de setembro de 2020, o STF julgou constitucional as contribuições destinadas a Apex-Brasil e fixou tese de que: “As contribuições devidas ao SEBRAE, à APEX-BRASIL e à ABDI com fundamento na Lei nº 8.029/1990, foram recepcionadas pela EC 33/2001” (RE 603.624). Considerando que o STF reconheceu a repercussão geral da questão constitucional suscitada e que a referida decisão transitou em julgado, tal entendimento tem sido aplicado a todos os processos similares que tramitam em outras instâncias. Importante destacar que, após a decisão do STF, temos observado um decréscimo relevante das ações sobre a mesma matéria.

b) Determinação da base de cálculo das contribuições

Em agosto de 2020, em função de uma decisão de uma Turma do STJ, voltou à tona a discussão acerca da limitação da base de cálculo das contribuições de terceiros, incluindo entidades constituídas sob a forma de Serviço Social Autônomo, como é o caso da Apex-Brasil. Essa discussão jurídica é originária de uma lei de 1981, que limitou a base de cálculo das contribuições previdenciárias e das contribuições de terceiros (Sistema S, dentre outras). No entanto, em 1986, um Decreto-Lei revogou a limitação para as contribuições previdenciárias. A discussão gira em torno do fato do referido Decreto-Lei ter também revogado ou não o limite para as contribuições de terceiros, o que afeta diretamente as receitas de todos os Serviços Sociais Autônomos (Sesi, Senai, Sesc, Senac, Apex-Brasil, Sebrae etc.).

Após decisões em primeira e segunda instâncias majoritariamente favoráveis ao Sistema S, uma das ações chegou ao STJ, em forma de Recurso Especial, sendo acolhido por uma das Turmas daquela Corte os argumentos dos contribuintes, ou seja, pela limitação da base de cálculo aos 20 salários-mínimos, porém, apenas com efeito interpartes, mais especificamente as contribuições para o salário-educação, Incra, Divisão de Portos e Canais e Fundo Aeroviário. Diante do aumento de demandas e recursos congêneres, na última sessão de 2020, a 1ª Seção do STJ determinou a afetação de dois Recursos Especiais relativos ao mesmo tema à sistemática de recursos repetitivos. Assim, restaram suspensos todos os processos que versam sobre este mérito, em todas as



instâncias em âmbito nacional. Ao final do julgamento realizado pela 1ª Seção do STJ, a sua decisão deverá ser aplicada em todos os demais processos. O processo encontra-se atualmente concluso para julgamento da Ministra relatora e a Agência já requereu, a exemplo de outras entidades do Sistema S, o seu ingresso na lide na condição de *amicus curiae* a fim de acompanhar o processo com maior proximidade.

O resultado do referido julgamento comporta 3 hipóteses:

- i) A primeira é que seja reconhecido que o Decreto-Lei nº 2.318/1986 efetivamente revogou a limitação trazida pela Lei nº 6.950/1981. Nessa hipótese, não há consequências para a receita futura da Apex-Brasil;
- ii) A segunda hipótese, intermediária, é que seja reconhecida a aplicação, porém, que esta se dê no cálculo individualizado de cada colaborador e não para a empresa como um todo, na composição da folha de pagamento (base de cálculo para as contribuições da Agência). Nesta hipótese, há um impacto financeiro para as contribuições da Apex-Brasil ainda não calculado, porém que tende a não afetar significativamente as atividades da Agência; e
- iii) A terceira hipótese, seria o reconhecimento que toda a base de cálculo de uma empresa estaria limitada a 20 salários-mínimos. Nesta hipótese, haveria, de fato, impacto substancial nas receitas futuras da Apex-Brasil. A assessoria jurídica da Apex-Brasil não considera provável esta hipótese, pois a decisão estaria em confronto com diversos princípios do direito tributário, tais como, da capacidade contributiva e mesmo da igualdade, visto dar tratamento “igual” a entes contributivos totalmente desiguais.

O prognóstico de desfecho de tais ações também não demanda presentemente o reconhecimento de “provisão contábil”, na medida em que a 1ª Seção do STJ (REsp 1.619.954) unificou a tese de que os Serviços Sociais Autônomos não possuem legitimidade para figurar em ações de repetição de indébito, e, ainda, que qualquer decisão desfavorável teria apenas efeito prospectivo.

15 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido em 30 de setembro de 2023 é de R\$ 677.050, composto pelo superávit acumulado de R\$ 559.419 até 31 de dezembro de 2022 (reapresentado), e pelo superávit do 3º trimestre de 2023 de R\$ 117.631, que será incorporado ao superávit acumulado posteriormente ao encerramento do exercício.

16 Receitas com contribuição social líquida sem contraprestação

As receitas com contribuição social líquida sem contraprestação são relacionadas às transferências de recursos, sistêmicas e periódicas, feitas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), conforme previsão legal contida na Lei nº 8.029/1990. O reconhecimento dos valores nas contas de resultado ocorre conforme o regime de competência e se dá quando da vinculação mensal do repasse pelo órgão de origem, mediante a informação oficial mensal da RFB. O crédito efetivo, por meio de ordem de pagamento da receita com contribuições, ocorre no mês subsequente ao da competência. Esta receita pode ser assim demonstrada:



Descrição		Período de 9 meses findo em 30/09/2023	Período de 9 meses findo em 30/09/2022	3º trimestre de 2023	3º trimestre de 2022
Contribuição sem contraprestação destinada à ApexBrasil pela Lei nº 8.029/1990	(i)	520.340	455.968	173.637	156.204
Taxa administrativa - SRFB	(ii)	(7.805)	(6.840)	(2.604)	(2.343)
Total		512.535	449.128	171.033	153.861

(i) A contribuição sem contraprestação destinada à Apex-Brasil pela Lei nº 8.029/1990 constitui basicamente a receita da Apex-Brasil. De natureza tributária, definida por lei como adicional às alíquotas de contribuição social, é arrecadada e repassada mensalmente pela SRFB.

(ii) A taxa de administração sobre a arrecadação é descontada pela RFB ao repassar os recursos destinados à Apex-Brasil.

A seguir são apresentados os valores mensais de Contribuição Social Ordinária (CSO), apurados nos períodos de 2023 e de 2022:

Descrição	30/09/2023	30/09/2022
Janeiro	56.854	50.929
Fevereiro	57.686	49.161
Março	56.629	48.927
Abril	55.679	49.559
Maió	57.758	50.700
Junho	62.097	50.488
Julho	56.863	51.178
Agosto	57.729	52.776
Setembro	59.045	52.250
Taxa administrativa - SRFB	(7.805)	(6.840)
Total	512.535	449.128

17 Receitas de serviços com contraprestação e outras receitas

As receitas de promoção de exportação são compostas substancialmente de receitas de prestação de serviços nacionais e de receitas das unidades no exterior e são registradas pelo regime de competência.

As receitas de prestação de serviços nacionais são consideradas receitas com contraprestação porque a Apex-Brasil vende serviços customizados para as empresas que pretendem atuar no mercado internacional, destacando-se a participação de instituições brasileiras em estande e/ou pavilhão organizado pela Apex-Brasil em feiras internacionais.

As receitas das unidades no exterior são oriundas também com contraprestação porque são vendidos serviços de apoio à internacionalização para viabilizar a inserção definitiva de empresas brasileiras em mercados externos. A Entidade presta assessoria para o planejamento do processo de internacionalização, para o estabelecimento de escritórios locais, parcerias com distribuidores e auxílio na abertura de empresas, além de elaborar e fornecer estudos de mercado customizados.

A composição destas receitas é assim apresentada:



Descrição	Período de 9 meses findo em 30/09/2023	Período de 9 meses findo em 30/09/2022	3º trimestre de 2023	3º trimestre de 2022
Receitas de prestação de serviços	8.089	9.532	1.140	1.421
(-) ISS e COFINS	(882)	(764)	(156)	(164)
Receitas de prestação de serviços nos EAs	3.034	2.212	632	613
Total	10.241	10.980	1.616	1.870

18 Despesas com convênios e projetos finalísticos

Descrição	Período de 9 meses findo em 30/09/2023	Período de 9 meses findo em 30/09/2022 Reapresentado	3º trimestre de 2023	3º trimestre de 2022 Reapresentado
Despesas com convênios				
Convênios (i)	151.012	151.608	41.535	56.035
	151.012	151.608	41.535	56.035
Projetos finalísticos				
Despesas com projetos finalísticos (ii)	64.558	110.024	25.533	22.245
Despesas de inteligência de mercado	5.032	11.117	1.541	4.274
	69.590	121.141	27.074	26.519
Total	220.602	272.749	68.609	82.554

- (i) Despesas com Convênios: são recursos financeiros repassados aos convênios pela Apex-Brasil e utilizados mensalmente pelos convenentes. Os repasses concedidos são realizados baseados na projeção de realização das despesas mensais apuradas, de acordo com a execução financeira de cada projeto e/ou convênio.

Estas despesas referem-se ao desenvolvimento e à manutenção de projetos em parceria com entidades setoriais, contemplando as principais áreas produtivas do Brasil, como moda, agronegócio, alimentos e bebidas, economia criativa e serviços, tecnologia e saúde, máquinas e equipamentos, e casa e construção.

- (ii) Projetos finalísticos são projetos próprios de promoção de exportações e atração de investimentos diretos vinculados a feiras, eventos e missões comerciais internacionais. Os principais eventos ocorridos no exercício de 2023 foram a OTC 2023, ExpoWest, Gulfood, Seafood North America e Sial America. A redução decorre de despesas relativas à Expo Dubai em 2022, não incorrida em 2023.

19 Despesas com viagens

Descrição	Período de 9 meses findo em 30/09/2023	Período de 9 meses findo em 30/09/2022	3º trimestre de 2023	3º trimestre de 2022
Despesas com passagens e transporte	10.995	18.941	5.227	8.754
Despesas com viagens de empregados	8.586	14.494	3.221	3.783
Despesas com viagens de convidados	1.061	1.143	334	141
Total	20.642	34.578	8.782	12.678

A redução das despesas de viagens deve-se às políticas de austeridade em viagens.

20 Despesas com comunicação, marketing e propaganda



Descrição	Período de 9 meses findo em 30/09/2023	Período de 9 meses findo em 30/09/2022	3º trimestre de 2023	3º trimestre de 2022
Despesas com marketing e propaganda (i)	21.747	40.293	2.117	20.634
Patrocínios	1.848	3.894	612	2.622
Despesas com comunicação (jornais, revistas e periódicos)	158	218	63	78
Total	23.753	44.405	2.792	23.334

- (i) As despesas de comunicação e marketing estão alinhadas à estratégia da Agência, apresentadas no Orçamento-Programa e Plano de Marketing, sendo que as principais despesas se relacionam aos eventos promovidos pela Apex-Brasil para promoção internacional da imagem do país, vinculadas a campanhas institucionais, ações de endomarketing e outras campanhas de marketing digital. A redução decorre de redirecionamentos e revisão das prioridades das ações no corrente exercício.

21 Despesas com pessoal, encargos e benefícios

Referem-se a despesas com salários, encargos e benefícios de pessoal efetivo, assessores e cedidos da União, e são demonstradas como segue:

Descrição	Período de 9 meses findo em 30/09/2023	Período de 9 meses findo em 30/09/2022	3º trimestre de 2023	3º trimestre de 2022
Despesas com pessoal	70.347	68.342	23.396	22.690
Despesas com encargos	20.886	19.441	7.290	6.786
Despesas com benefícios	21.378	19.848	7.463	7.297
Total	112.611	107.631	38.149	36.773

A variação deve-se principalmente ao impacto do reajuste salarial pelo Acordo Coletivo de Trabalho.

22 Despesas gerais e administrativas

Descrição	Período de 9 meses findo em 30/09/2023	Período de 9 meses findo em 30/09/2022	3º trimestre de 2023	3º trimestre de 2022
Despesas com locação de mão de obra	4.213	3.742	1.630	1.190
Despesas com licenças e serviços técnicos em software (i)	13.004	10.483	5.226	4.630
Consultoria, auditoria e serviços técnicos esp. e outros	7.308	6.313	2.597	3.072
Total de despesas com serviços de terceiros	24.525	20.538	9.453	8.892
Despesas com locação de bens móveis e imóveis e estrutura	5.447	3.593	1.973	1.446
Despesas com serviços de comunicação (internet e telefone)	732	569	192	198
Despesa com materiais em geral e outras desp. oper.	1.899	2.241	870	779
Total de despesas com infraestrutura operacional	8.078	6.403	3.035	2.423
Total	32.603	26.941	12.488	11.315

- (i) O aumento em serviços técnicos em software deve-se principalmente a reajustes contratuais, ampliação dos serviços de suporte dos ambientes de *business intelligence* e sistema de gestão, e aumento do número de licenças.

23 Despesas tributárias



As despesas tributárias da Apex-Brasil estão diretamente atreladas aos repasses realizados aos EAs e aos eventos e projetos realizados pela Agência no exterior. A composição desta despesa é como segue:

Descrição		Período de 9 meses findo em 30/09/2023	Período de 9 meses findo em 30/09/2022	3º trimestre de 2023	3º trimestre de 2022
Imposto de renda sobre remessa para o exterior	(i)	9.699	17.070	3.737	3.842
CIDE sobre remessa para o exterior	(i)	5.705	11.608	1.863	1.943
Impostos Municipais		410	378	18	1
Impostos e contribuições do exterior		180	783	85	94
IOF		347	1.226	127	153
Total		16.341	31.065	5.830	6.033

- (i) Estas despesas são oriundas de imposto de renda sobre remessas para o exterior realizadas para os escritórios e para pagamentos de serviços técnicos especializados contratados no Brasil. A redução deve-se ao menor volume de remessas para pagamentos a fornecedores internacionais em decorrência do encerramento da Expo Dubai, que impactaram as despesas relativas ao Imposto de Renda, CIDE sobre remessa e IOF.

24 Resultado financeiro líquido

Descrição		Período de 9 meses findo em 30/09/2023	Período de 9 meses findo em 30/09/2022	3º trimestre de 2023	3º trimestre de 2022
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras	(i)	68.245	58.692	24.071	21.428
Receitas com variação cambial	(ii)	5.877	12.780	3.880	2.284
(-) Deduções s/Receitas Financeiras		(11.510)	(9.737)	(2.143)	(2.145)
Total de receitas financeiras		62.612	61.735	25.808	21.567
Despesas financeiras					
Tarifas bancárias		240	226	94	74
Despesas de variação cambial	(ii)	8.402	13.340	2.291	1.038
Juros sobre direito de uso		885	918	721	150
Total de despesas financeiras		9.527	14.484	3.106	1.262
Total		53.085	47.251	22.702	20.305

- (i) Referem-se aos rendimentos das aplicações financeiras onde ocorreu aumento da rentabilidade dos fundos no período, incremento das disponibilidades da Entidade aplicadas e, também, pela elevação da Selic no período, gerando uma maior rentabilidade sobre o montante aplicado.
- (ii) As receitas e despesas de variação cambial são resultantes das operações no exterior em outras moedas, pela sede ou filiais. O resultado de variação cambial deve-se à valorização do Real frente ao Dólar, Euro e outras moedas ocorridas em operações ao longo do exercício.

25 Gestão de Riscos

A Apex-Brasil poderá estar exposta, em virtude de suas atividades, aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de crédito



- Risco de mercado

Da mesma maneira que em todos os outros negócios, a Apex-Brasil está exposta aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Esta Nota Explicativa descreve os objetivos, as políticas e os processos da Entidade para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas a seguir.

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Apex-Brasil, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores.

Risco de liquidez

É o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Entidade na administração de liquidez é a de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade. As exigibilidades das obrigações da Apex-Brasil são registradas nas demonstrações contábeis, relevantemente no curto prazo, e não há inadimplência de pagamento de obrigações em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022. Adicionalmente, é importante mencionar a boa situação de liquidez de curto e longo prazos.

Risco de crédito

É o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, consequentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros ativos. O risco de crédito para a Entidade surge, preponderantemente, das disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros administrados, principalmente, pelo Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. A Entidade julga que o risco de crédito é mitigado em razão da qualidade das instituições financeiras depositárias e pelo tipo de papel aplicado pelos fundos de investimentos que são representados relevantemente por títulos públicos federais. As informações referentes aos fundos, como a composição das carteiras e regulamento estão apresentadas na Nota Explicativa nº 5.

Descrição	30/09/2023	31/12/2022 Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	10.920	44.435
Aplicação financeira	831.295	621.637
Créditos a receber	59.712	92.585
Adiantamentos Concedidos	5.416	3.584
Direitos de Créditos	3.762	7.611

Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Apex-Brasil não possuía instrumentos financeiros derivativos.



Risco de mercado (taxa de juros e variação cambial)

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Entidade vir a ter perdas (ou obter ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e os seus ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados, essencialmente, pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimentos administrados pelo Banco do Brasil e pela Caixa Econômica Federal. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 5, as aplicações por meio dos fundos de investimentos são efetuadas em títulos públicos federais, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Entidade tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio que compreendem de maneira relevante os numerários mantidos em moeda estrangeira nos seus escritórios no exterior (Nota Explicativa nº 2.12). Além disso, a Entidade possui o seu principal passivo, referente à provisão para taxa de administração da Receita Federal do Provisão (Nota Explicativa nº 14), corrigido pela variação da SELIC mensal.

26 Balanço Orçamentário

26.1 Execução do Orçamento da Apex-Brasil como parte das Demonstrações Contábeis

O CFC, por meio da Resolução NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis, publicada em 31 de outubro de 2018, estabeleceu que as informações orçamentárias das entidades que publicam seu orçamento aprovado devem ser incluídas no conjunto das demonstrações contábeis.

O TCU, por meio do Acórdão nº 991/2019, ao avaliar o nível de transparência das entidades do “Sistema S”, recomendou que a divulgação do orçamento e das execuções trimestrais ocorresse nos respectivos sítios eletrônicos, destacando:

- a) A desagregação, que deve ser nos mesmos moldes e nível dos que são encaminhados para aprovação Ministerial;
- b) O documento de aprovação Ministerial (Portaria); e
- c) As demonstrações contábeis, elaboradas de acordo com a NBC-T 16.6 (atual NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis), assinadas pelos contadores responsáveis e com indicação dos dirigentes.

Tendo em consideração que as informações contábeis dos períodos findos em 30 de setembro de 2022 foram rerepresentadas neste relatório para fins de comparabilidade para contemplar mudança de política contábil adotada pela Apex-Brasil para aprimorar o modelo de reconhecimento das transações envolvendo convênios, é necessário realizar a rerepresentação da conciliação do resultado Orçamentário e o resultado Contábil do exercício findo em 30 de setembro de 2022.

Sendo assim, são apresentadas a seguir uma conciliação das informações do resultado Orçamentário e o resultado Contábil em 30 de setembro de 2022 anteriormente divulgadas,



considerando os ajustes promovidos pela mudança de política contábil e os saldos ajustados para cada componente das Demonstrações Contábeis:

26.2 Conciliação do resultado Orçamentário e o resultado Contábil em 30 de setembro de 2023 – Receitas

RECEITAS CONTÁBEIS

Receita sem contraprestação com contribuição social líquida	512.535
Receitas de serviços com contraprestação e outras receitas	17.102
Receitas financeiras	56.436
	586.072

(+) Receitas consideradas somente para fins orçamentários

Receita de capital (saldo orçamentário do período anterior trazido para o exercício corrente)	658.959
Devolução de Convênios de Exercícios anteriores	19
	658.978

(-) Receitas não consideradas para fins orçamentários

Variação cambial positiva	(5.877)
Receita de doações	-
Atualização monetária de valores a receber	6
Demais Receitas Operacionais Contábeis	(403)
	(6.274)

TOTAL RECEITA ORÇAMENTÁRIA

1.238.776

26.3 Conciliação do resultado Orçamentário e o resultado Contábil em 30 de setembro de 2023 – Despesas

Despesas contábeis

Despesas operacionais	459.213
Despesas financeiras	9.527
	468.740

(+ / -) Despesas reconhecidas em base de caixa (diferença entre o incorrido por regime de competência e o pago no período)

Despesas com convênios (variação negativa de adiantamentos de convênios)	26
Aluguéis	6.630
Aquisição de periódicos, softwares e equipamentos	55
Despesas de viagens pagas	(324)
Aquisição de Bases de Dados	(726)
Processos trabalhistas e cíveis	(3.155)
Outras despesas	293
	2.798

(+/-) Despesas não consideradas para fins orçamentários

Variação cambial passiva	(8.395)
Correção monetária de Provisão contingencial	(11.955)
Despesas financeiras de arrendamento	(885)
Depreciação e Amortização	(1.291)
Demais perdas	(238)
Depreciação do Direito de Uso - Arrendamentos	(5.659)
Processos Tributários - Constituição Provisão - Taxa de Administração Receita Federal	(10.407)
Outras receitas (despesas) operacionais	(184)
	(39.014)

TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA

432.524



26.4 Reapresentação da Conciliação do resultado Orçamentário e o resultado Contábil em 30 de setembro de 2022 – Despesas

Despesas contábeis	
Despesas operacionais	542.568
Despesas financeiras	14.484
	557.052
(+ / -) Despesas reconhecidas em base de caixa (diferença entre o incorrido por regime de competência e o pago no período)	
Despesas com convênios (variação negativa de adiantamentos de convênios)	2.667
Glosa de convênios	158
Aluguéis	6.732
Aquisição de periódicos, softwares e equipamentos	2.572
Despesas de viagens pagas	2.834
Aquisição de Bases de Dados	124
Processos trabalhistas e cíveis	1.242
	16.327
(+/-) Despesas não consideradas para fins orçamentários	
Variação cambial passiva	(13.300)
Correção monetária de Provisão contingencial	(9.986)
Despesas financeiras de arrendamento	(918)
Depreciação e Amortização	(1.016)
Demais perdas	(115)
Depreciação do Direito de Uso - Arrendamentos	(4.915)
Constituição Provisão - Taxa de Administração Receita Federal	(9.119)
Outras receitas (despesas) operacionais	265
	(39.104)
(+/-) Outros efeitos agregados	
Outros efeitos de conciliação contábil-orçamentária	(479)
	(479)
TOTAL DESPESA ORÇAMENTÁRIA	533.796

27 Transações com partes relacionadas

São definidas como partes relacionadas da Apex-Brasil:

- Pessoal-chave da Administração e sua remuneração;
- Plano de Benefícios ApexPrev;
- Empréstimo para diretores: a Entidade não concede empréstimos a diretores e a outros dirigentes; e
- Remuneração de Conselheiros de administração e Conselheiros fiscais: a Entidade não remunera seus Conselheiros.

A seguir, os custos com remunerações atribuídos à Diretoria, em conformidade com o que determina a NBC TSP 22 – Divulgação sobre Partes relacionadas, nos trimestres findos em 30 de setembro de 2023 e em 30 de setembro de 2022:



Descrição	Período de 9 meses findo em 30/09/2023	Período de 9 meses findo em 30/09/2022	3º trimestre de 2023	3º trimestre de 2022
Pró-labore de Diretores	1.635	966	593	341
Descanso anual de Diretores	189	121	70	38
Gratificação anual de Diretores	142	85	53	28
Encargos sociais	577	351	208	119
Total	2.543	1.523	924	526

Os valores acima compõem os valores de Despesas com pessoal, encargos e benefícios apresentados na Nota Explicativa nº 21.
